



association pour la prévention de la torture
asociación para la prevención de la tortura
association for the prevention of torture

Prevenção e combate à tortura: por uma proteção efetiva das pessoas LGBTI privadas de liberdade

Sylvia Dias

Associação para a Prevenção da Tortura

26 de novembro de 2019



Reino dos Países Baixos



Órgãos de proteção da ONU contra a tortura

1. Relator Especial da ONU contra a Tortura (Juan Mendez. 2015)
2. Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura (Tema específico de relatório de 2016)

- Expressa preocupação pela **ausência de dados**: há pouca informação disponível sobre pessoas LGBTI em conflito com a lei penal no Brasil - invisibilidade dessas pessoas e violações que sofrem- (alguns não se declaram, poucos abusos denunciados por medo de retaliação, pouco interesse do poder público de mapear tais incidentes)
- Promove que se busque ativamente a participação do coletivo LGBTI no debate, implantação e avaliação de medidas que sejam adotadas para prevenir tortura de que são vítimas – “**Nada sobre nós sem nós**” (lema)
- Reconhece o passo positivo dado com a publicação da **Resolução Conjunta 01/2014**. Porém, ainda pouco conhecida e sem ferramentas de exigibilidade de cumprimento + omissa (p.e. quanto à revistas corporais)
- Afirma que a tortura, maus-tratos e letalidade policial, afeta majoritariamente **as pessoas negras, jovens, moradores de comunidades e periferias, e pessoas LGBTI**



Principais violações constatadas no Brasil – relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura

- Falta de garantia da **integridade física e psíquica** da população LGBTI privada de liberdade. Recorrência de casos de **violência sexual**
- Presença de **agentes de custódia masculinos, sem qualquer tipo de treinamento** para atender o público LGBTI, provocando desrespeito e, de forma mais gravosa, propiciando violência sexual
- **Revista vexatória e abusiva** do público LGBTI (de forma mais gravosa, mulheres trans podem sofrer a revista por agente masculino)
- **Visita íntima** é negada
- Proibição / punição por se relacionar / demonstrar afeto à outra pessoa privada de liberdade, principalmente em unidades femininas prisionais e socioeducativas



Principais violações constatadas no Brasil – relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura

- Péssimas condições (colocadas em celas de triagem ou seguro, em piores condições)
- Falta de **atenção integral de saúde** (ausência de tratamento hormonal > danos à saúde física + à identidade de gênero (violação à sua dignidade)
- Nas **comunidade terapêuticas**, práticas tendentes a reprimir a expressão das sexualidades => Relatório



Desafios

- Ausência de conhecimento por parte dos gestores (muitas vezes de conceitos e parâmetros elementares) ⇔ discriminação / tabu
 - Ex. de gestores e juízes
- Tendência a perceber a população LGBT como um bloco homogêneo. Necessário levar em conta as especificidades de cada segmento.
- Binarismo do sistema prisional, que não leva em conta a pluralidade e diversidade de orientação sexual e identidade de gênero
 - Ex. sentença Argentina
- Ausência de um olhar especializado que identifique as especificidade - e como a omissão em abordar tais especificidades gera vulneração de direitos
 - Ex., sentença Argentina, direito à visitação



Propostas

- Continuar ampliando e **visibilizando** esta temática
- Promover **conscientização** e **treinamento** amplo sobre o direitos da comunidade LGBTI (parâmetros e diretrizes, tais como a Resolução Conjunta 01/2014 do CNPCP e Conselho Nacional de Combate à Discriminação e normativas estaduais) a gestores públicos, funcionários da administração penitenciária, operadores do sistema de justiça criminal, órgãos de execução penal, etc > romper tabus e desafiar preconceitos e reduzir a lacuna entre a normativa e a prática
- ***Nada sobre nós sem a nossa participação***
 - Envolver e ouvir a comunidade afetada sobre suas necessidades e medidas para dar respostas
 - Consultar a pessoa afetada => posicionamentos que são muitas vezes contra intuitivos (p.e. mulheres trans)
- Quando não for possível garantir a integridade física e psíquica das pessoas LGBT no estabelecimento prisional=> **medidas alternativas à prisão**
- Garantir o monitoramento, sem restrições e ingerências, das unidades de privação de liberdade – **revogar Decreto 9.831 (junho de 2019)** que desmantelou o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura - **PDLs tramitando na Câmara**



Materiais

www.appt.ch/pt

www.appt.ch/detention-focus



apt DETENTION FOCUS English Francals Español apt.ch

Búsqueda combinada

Problema y Grupo específico OK

Acceder Por orden alfabético S

- Trato
- Medidas de protección
- Seguridad, orden y disciplina
- Contacto con el mundo exterior
- Condiciones materiales de la detención
- Vida en prisión (Régimen y actividades)
- Salud
- Personal

DERECHOS HUMANOS EN PRISIÓN

Detention Focus es una base de datos sobre temas relacionados con las prisiones y estándares de derechos humanos. Fue diseñada para personas que realizan monitoreo en prisión, que combina análisis, normas, listas de verificación y lecturas adicionales.

Leer más

GRUPOS EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD

Cualquier persona detenida, sean cuales sean las razones que la llevaron a su privación de libertad, se encuentra en una situación de vulnerabilidad. Los siguientes factores sitúan a las personas en situación de vulnerabilidad: un desequilibrio de poder entre las personas detenidas y aquellas que están a cargo de ellas, una dependencia casi absoluta de la institución que les ha privado de su libertad o que limita sus movimientos, el debilitamiento de sus lazos sociales y el estigma derivado de la detención.

Leer más

- Extranjeros/-as
- Minorías y pueblos indígenas
- Mujeres
- Niños y niñas
- Personas LGBTI
- Personas con discapacidades



association pour la prévention de la torture
asociación para la prevención de la tortura
association for the prevention of torture

www.apt.ch/pt

Facebook: [apt.americas](https://www.facebook.com/pt.americas)

sdias@apt.ch

OBRIGADA!